

1 Ata da 237<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação. Aos  
2 dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro,  
3 conforme publicação em Diário Oficial, reuniram-se os integrantes do Conselho  
4 Municipal de Educação, na sala 1, anexo do Centro de Formação Darcy  
5 Ribeiro, em cumprimento à seguinte ordem do dia: aprovação da Ata 236<sup>a</sup>;  
6 Seção de Projetos - Seproje/Seduc: Projeto de visitação dos alunos das UMEs  
7 ao Centro Histórico e aos Pontos Turísticos de Santos; Lei Municipal nº 3.653,  
8 de 16 de dezembro de 2019 – Estudo de Libras como componente curricular,  
9 com a Prof.<sup>a</sup> Mestra Samanta Noronha; assuntos gerais.  
10 As assinaturas dos conselheiros presentes encontram-se em lista de presença  
11 acostada como parte integrante a esta ata. Justificaram ausência os seguintes  
12 conselheiros (as): Marcos Pasquantonio, Ivanise Monfredini, Angélica  
13 Cortelazzo, Suzete Faustina dos Santos (Férias), Cristina de Almeida Vida  
14 Madeira Costa, Vivian Garcia de Siqueira, Elen Guedes Dallacqua, Liliane  
15 Rezende, Márcia Calçada, Cristina Torquato, Fabio Giordano, Daniel Silva, Rita  
16 Gisela, Katia Ramires, Yara Bento, Mariangela Camba. Convidados presentes:  
17 Sueli Veríssimo (Seproje/Seduc), Prof.<sup>a</sup> Samanta Noronha, Lucas (Professor de  
18 Libras), Ana Cristina (Professora de Libras). A Presidente Fabiana Riveiro  
19 iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocou a votação da ata  
20 anterior, sendo aprovada por unanimidade. A Presidente Fabiana Riveiro  
21 convidou a servidora Sueli Veríssimo da Seção de Projetos Seproje/ Seduc,  
22 para explicar o funcionamento do Programa “Santos da Gente” da Secretaria  
23 de Educação, começando sua abordagem pela existência do programa, há 20  
24 anos, com o objetivo de levar os alunos das escolas municipais para realizar o  
25 estudo do meio, oferecendo os lugares turísticos e históricos de Santos. Antes  
26 da pandemia, o programa levava os alunos para a escuna, o Aquário Municipal,  
27 o Museu de Pesca, almoçavam em uma escola, depois seguiam para o  
28 Memorial do Santos Futebol Clube e por último, o Orquidário Municipal. Após a  
29 pandemia, o programa reduziu as visitas por conta do transporte. O  
30 agendamento funciona da seguinte forma: a Seção de Projetos - Seproje envia  
31 um e-mail com o link para as UMEs fazerem a inscrição, preenchendo um  
32 formulário. Os agendamentos são realizados, mensalmente, por ordem de  
33 chegada. A Seproje fechou uma parceria com o Museu do Café e com o Museu  
34 do Porto, levando os alunos do Infantil, Fundamental I e II. As visitas ao  
35 Centro Histórico são realizadas pela Prof.<sup>a</sup> Adriana Negreiros, começando pela  
36 Casa do Trem Bélico, Outeiro de Santa Catarina, as igrejas e o Valongo. Há  
37 também a visita monitorada ao Engenho dos Erasmós, com agendamento das  
38 escolas que tiverem interesse. Os alunos do fundamental II, da UME José da  
39 Costa e Silva Sobrinho fizeram a visita até o Museu do Porto, e depois foram  
40 de catamarã até a Usina de Itatinga, em Bertioga. O conselheiro Nicholas Sales  
41 disse que pediu a presença da Seproje na reunião para entender como  
42 funcionam as saídas dos alunos das UMEs para visitar os pontos turísticos da  
43 cidade. Sua filha estuda na UME Dino Bueno e não participou de nenhuma  
44 visitação. Continuou fazendo a leitura da Ata da reunião do Conselho de  
45 Escola, do qual faz parte, onde os pais presentes questionaram a necessidade  
46 de saída dos alunos para realizar estudos do meio. Então, a Equipe Gestora da  
47 escola se posicionou falando das dificuldades sobre esse assunto. A

48 Coordenadora Pedagógica disse que o núcleo da Jornada Ampliada tem mais  
49 possibilidade, pois aproveitam os ônibus que transportam os alunos. A  
50 conselheira Viviane Simone confirmou o reaproveitamento do transporte para  
51 levar os alunos da Jornada Ampliada. O conselheiro Nicholas Sales  
52 argumentou que o problema está no número de ônibus disponíveis, para  
53 atender todas as escolas. A Presidente Fabiana Riveiro esclareceu que existe  
54 um processo licitatório para contratação desses ônibus, com o acordo de levar  
55 os alunos da escola para o núcleo, e vice-versa, e que a Seção de Transporte  
56 Setrans/ Seduc gerencia toda essa movimentação. A conselheira Maria Helena  
57 Marques complementou que é importante que os alunos participem da Jornada  
58 Ampliada, pois têm a oportunidade de fazerem as visitas aos pontos  
59 turísticos, e que também, há agendamento para o ensino regular o ano todo,  
60 com disponibilidade de 5 ônibus. Os locais são ofertados e a escola tem que  
61 agendar, de acordo com o projeto a ser estudado. Se houver dificuldade,  
62 contatar a Supervisora de Ensino. Lembrando que pode acontecer  
63 cancelamento, devido a algum problema de mecânica do ônibus, de saúde do  
64 motorista ou outro qualquer. Na sequência, a Presidente chamou a Prof.<sup>a</sup>  
65 Mestra Samanta Noronha para uma conversa sobre a Lei 3.653, de  
66 16/12/2019, que dispõe sobre a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de  
67 Sinais – Libras, no currículo das instituições públicas e privadas de ensino. A  
68 Presidente disse que há uma central para requisitar profissionais de intérprete  
69 de libras, e que é valioso trazer provocações para este Conselho gerando  
70 discussões, e tentando levar respostas para temas importantes. A prof. <sup>a</sup>  
71 Samanta Noronha começou a apresentação falando da lei proposta e  
72 promulgada pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa, normatizando vários  
73 pontos, para o seu desenvolvimento. A operacionalização dessa Lei, dita a  
74 formação de professores, e o concurso público entre outras questões. Então  
75 criou-se um grupo de trabalho na Secretaria de Educação envolvendo a Seção  
76 de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Educação Especial, a  
77 Supervisão de Ensino, a Secretaria de Políticas Públicas, um Intérprete de  
78 Libras e um Professor com pessoa surda na família, com o intuito de elaborar  
79 um currículo atendendo todos os níveis da educação. Foram realizadas  
80 reuniões e após estudos, perceberam que a dificuldade estava em ensinar  
81 todos os alunos não surdos, da rede. O currículo foi concluído e passou pela  
82 avaliação da Congregação Santista dos Surdos, para verificar se atendia aos  
83 anseios dessa população. Depois da aprovação da instituição, deu-se o  
84 concurso público, onde 32 professores foram admitidos, sendo iniciada a  
85 formação desses profissionais. Estes professores começaram a atuar na  
86 Educação Infantil, que gradativamente avançou para o ensino fundamental,  
87 atendendo o 1º, 2º e 3º anos. Foram trazidos para a Seção de Formação 2  
88 professores técnicos, surdos, para contribuir na organização de um documento  
89 norteador, onde se destacou, tudo que deu certo e o que não deu, e assim,  
90 mostrar um panorama, para entender como se chegou na formação do  
91 currículo, com registros dessa construção, em cima da Lei e do Decreto e com  
92 previsão de se completar até 2030. O processo de nº 056875/2024-06 versa  
93 sobre a Implantação e Implementação da Disciplina Curricular de Libras nas  
94 UMEs. Nesse processo estão anexados todos os materiais produzidos com o  
95 suporte dos profissionais do Departamento Pedagógico da Seduc. Hoje, a luta

96 da causa das pessoas surdas é de querer modificar o meio de acesso às  
97 provas na Prefeitura, para que respondam através da língua de sinais. Nessa  
98 situação há duas questões: a primeira, é que Libras dentro da Educação  
99 Especial, serve como instrumento de compreensão, de aprendizagem e de  
100 leitura de mundo para que as pessoas surdas possam aprender. Para esse  
101 atendimento, contamos com professores especializados em surdos  
102 (Atendimento Educacional Especializado – AEE), nas 2 escolas polo e em  
103 todas as outras escolas municipais, no contra turno. É ensinado a língua de  
104 sinais, para sinalizar os que chegam, sem língua, para ensinar a língua de  
105 sinais dos conteúdos, que estão sendo dados, e para que aprenda o que está  
106 acontecendo na escola; a segunda, é que a aprendizagem da língua brasileira  
107 de sinais é para beneficiar todas as pessoas, mesmo não surdas, se tornando  
108 uma segunda língua para se comunicar, tornando-se natural, resultando em  
109 diferenças ficam menos relevantes. A conselheira Viviane Simone aproveitou e  
110 fez uma pergunta sobre como está se desenvolvendo, atualmente, a formação  
111 de professores no curso de Pedagogia. A Prof.<sup>a</sup> Samanta respondeu que na  
112 Unisantos, está a frente desta militância, mostrando a importância nas suas  
113 aulas. A Unimes, tem um respeito pela inclusão, fazendo adaptações, inclusive  
114 tem um setor para traduzir todos os conteúdos. A conselheira Silvia Smolka  
115 mostrou preocupação, em ter a quantidade de profissionais necessários para  
116 suprir o atendimento obrigatório em todas as escolas particulares, e também de  
117 quanto tempo é necessário para que se aprenda a língua de sinais. A prof. <sup>a</sup>  
118 Samanta Noronha disse que não dá para prever se haverá quantidade de  
119 professores suficientes e sobre a aprendizagem da língua de libras, que o  
120 processo acontece, você vê, aprende com os olhos e fala com as mãos, o jeito  
121 é diferente de aprender. Quanto mais cedo começar, mais fácil é a  
122 comunicação. A graduação exigida para a formação do profissional em libras, é  
123 o curso de Letras /Português e Libras que tem duração de 4 anos, ou no caso  
124 de se fazer o curso de Letras ou qualquer outra Licenciatura, é necessário que  
125 se faça uma pós-graduação em língua de sinais, com duração de 1 ano e meio.  
126 A Presidente Fabiana Riveiro comentou que o Conselho tem uma Câmara de  
127 Educação Inclusiva, onde a conselheira Márcia Calçada é a Presidente, e para  
128 2025, precisa estudar este tema. Nos assuntos gerais, a Presidente comentou  
129 que não entendeu, o ofício enviado pelo CME à Secretaria de Educação (Setor  
130 Jurídico), a pedido do conselheiro João Rinaldo, em período de substituição,  
131 para orientações sobre a redação da Deliberação 001/2024, que especifica o  
132 profissional de educação, como docente, não constando outras nomenclaturas  
133 como: educador, monitor, recreacionista.. A Presidente frisou que uma das  
134 atribuições do Conselho é a de analisar, autorizar e emitir o certificado às  
135 Subvencionadas, mas não cabe a contratação de profissionais. A conselheira  
136 Elisabete Soares lembrou que o Conselho acompanhou a construção da  
137 Deliberação 001/2024, onde todos os conselheiros tiveram acesso,  
138 possibilitando que todos dessem sugestões durante as reuniões, antes da  
139 finalização do documento. A conselheira Joelma ressaltou que precisa verificar  
140 o que é de responsabilidade do Conselho e que está na Legislação. Em  
141 relação ao assunto do ruído da sala de aula, levantado pelo conselheiro João  
142 Rinaldo, no período de substituição, o CME enviou um ofício à Secretaria do  
143 Meio Ambiente, solicitando um servidor para orientações. A Presidente falou

144 que precisa saber qual é o problema e qual é a legislação, que rege o ruído na  
145 sala de aula. A conselheira Elisabete Soares questionou até que ponto o  
146 Conselho pode interferir na questão ambiental. A conselheira Silvia Smolka  
147 disse que precisa verificar onde está acontecendo o problema do ruído na  
148 escola. A Presidente disse que vai alinhar esses assuntos discutidos em  
149 reuniões anteriores, na sua ausência, com o conselheiro João Rinaldo. Nada  
150 mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos, e  
151 encerrou a reunião e a presente ata que segue assinada pelo senhora  
152 Presidente Fabiana Riveiro de Moraes Manini, se conforme.